

# Governo não sabe onde cortar mais

■ Promessa de superávit de R\$ 23 bilhões feita ao FMI esbarra na receita insuficiente e nas resistências políticas à contenção de gastos

252

JANES ROCHA E  
SÍLVIA MUGNATTO\*

**BRASÍLIA** – O governo não sabe onde poderá cortar mais do que R\$ 8 bilhões em seu próprio orçamento em 1999, o que deixa dúvidas sobre como serão alcançados os R\$ 23 bilhões de superávit no setor público acertados com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para 1999. A dificuldade em passar a tesoura no orçamento foi expressada pelo secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares, ao JORNAL DO BRASIL.

As medidas de ajuste fiscal que deverão ser anunciadas esta semana, portanto, ainda deverão trazer grandes surpresas. Várias sugestões de aumento de impostos foram postas na mesa, mas o presidente Fernando Henrique Cardoso já disse que esta seria a última alternativa. O próprio mercado financeiro – o grande destinatário das medidas neste momento – não aceitará um novo Pacote 51. Em novembro passado, o pacote proposto aumentou impostos, mas deixou os cortes de gastos de lado.

Se cortar despesas pelo lado federal é difícil, fazer isso nas outras esferas do setor público – estatais, estados e municípios – está sendo objeto de uma dura negociação política. Os governadores se queixam até da renegociação de suas dívidas feita nos últimos meses com o governo federal. Nessa renegociação, ficou estabelecido que os estados pagarão seus débitos em 30 anos com correção pela inflação. Enquanto isso, o governo federal rola sua dívida com taxas de juros de 40% ao ano.

**Funcionalismo** – Se o governo federal quisesse cortar gastos com pessoal poderia fazê-lo pondo servidores em disponibilidade, como também prevê a reforma. Mas os técnicos da equipe econômica classificam essa decisão de política, porque o governo já pode ser considerado enxuto em várias áreas. Este ano, por exemplo, diminuiu a previsão de novas vagas no serviço público para apenas 2.500, embora 15 mil pessoas devam deixar o governo.

Os estados também se pronunciaram contra a possibilidade de o governo federal aumentar o Fundo de Estabilização Fiscal de 20% para 30% e contra o corte de incentivos fiscais para determinadas regiões. O fundo desvincula hoje 20% das receitas e das despesas orçamentárias, dando ao go-

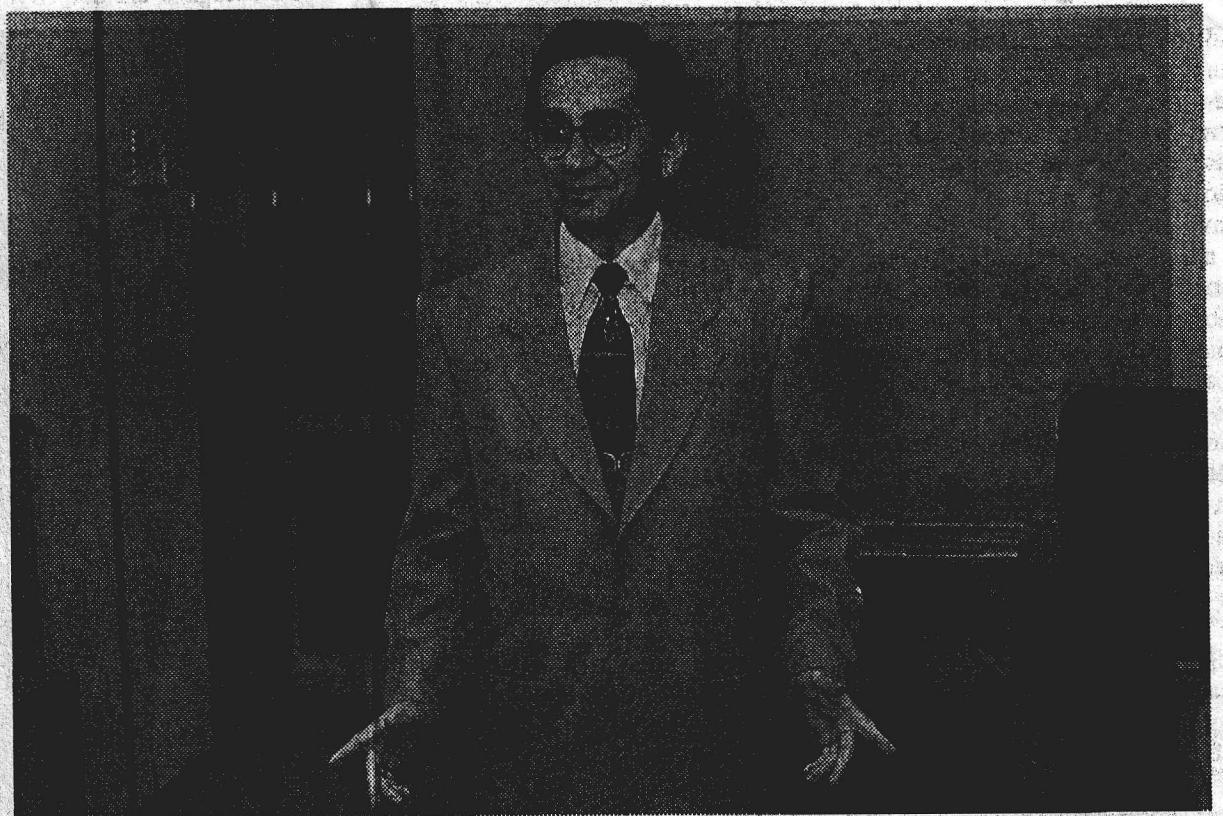
verno federal margem de manobra na programação financeira. Os estados, porém, não querem ficar sem o controle das transferências de impostos que a União faz todo mês. Em relação ao corte de incentivos fiscais, o próprio secretário Martus Tavares descartou a medida, que sempre é lembrada quando há necessidade de cortes. Os incentivos fiscais para 1999 ultrapassam R\$ 16 bilhões e boa parte é destinada à Zona Franca de Manaus, Sudam, Sudepe e outros órgãos regionais.

Dante das resistências políticas aos cortes, o governo federal deverá se apoiar mais do que gostaria em aumento de receitas. Já está praticamente certa a reapresentação da proposta de criação da contribuição previdenciária dos servidores inativos e um aumento da contribuição dos ativos, o que poderá gerar cerca de R\$ 4 bilhões ao ano. Também é dado como certo o aumento da CPMF de 0,2% para 0,3% sobre as operações bancárias, o que traria outros R\$ 4 bilhões.

**Imposto de Renda** – O governo também estuda mudanças profundas na cobrança do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, obrigando todas as empresas a pagar imposto com base em uma taxa de lucro estimada pela Receita Federal. Como a mudança envolve vários bilhões de reais, segundo os técnicos do Ministério da Fazenda, o presidente poderá pedir outras alternativas aos técnicos em função da redução da atividade econômica, que afetará as empresas no ano que vem. A Receita Federal, porém, não poderá deixar de adotar medidas para enquadrar as grandes empresas no pagamento do Imposto de Renda, pois a sonegação atual é estimada em 50%.

Entre as medidas de menor potencial de arrecadação, estão em estudo a criação de um imposto sobre combustíveis e o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas compras com cartão de crédito internacional de 2% para 10%. O governo também deve prorrogar o aumento de 25% para 27,5% da alíquota do Imposto de Renda para quem ganha mais que R\$ 1.800 mensais. Pela lei atual, o IR deveria cair para 25% no ano 2000. Para dificultar a sonegação, também poderá ser proposto o aumento do IOF cobrado das empresas de 1,5% para 6% ao ano. O percentual é o mesmo cobrado das pessoas físicas.

Arnaldo Schulz - 8/10/1998



Martus Tavares: o corte nos incentivos fiscais, que totalizariam R\$ 16 bilhões em 99, está descartado